



Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 11/04/2023

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, em convocação para a realização da reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezoito horas no Auditório Meri Baran – Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, 8º Andar Bloco I – Centro Administrativo São Sebastião/CASS reuniram-se pelo segmento dos usuários: conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Gabriella Santoro da Silveira Machado (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS/RJ); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro – ACAMURJ); conselheira suplente Daniele da Silva dos Santos Moretti (União Brasileira de Mulheres – UBM/RJ); conselheiro Márcio Berman (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); conselheiro Abílio Valério Tozini (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheiro José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheira Cleide Fernandes da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheiro suplente Carlos Alberto da Silva Barboza (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira. (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Alzira Prata Farias (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ); conselheira Haydee Barreto Lopes (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – AFINCA) e o conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços: conselheira Clema dos Santos (Secretaria Municipal de Saúde – SMS); conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro (Secretaria Municipal de Saúde – SMS) e a conselheira

Emanuelle Pereira de Oliveira Correa (Secretaria Municipal de Saúde – SMS). Coordenação: Presidente do Conselho: Maria de Fátima Gustavo Lopes. Auxílio à Coordenação: Comissão Executiva: José Cosme dos Reis, Márcio Berman, Mara Núbia Maciel, Rene Monteiro de Almeida Júnior, Alzira Prata Faria, Wagner Gomes Bezerra, Emanuelle Pereira de Oliveira Correa e Liliane Cardoso de Almeida Leal. Moderadora: Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto. Pauta do Dia: 1. Deliberação da Ata de 14/02/2023. 2. Apresentação e Deliberação do Relatório Anual de Gestão (RAG) – 30 minutos para a apresentação e 30 minutos para esclarecimentos – 60 minutos. 3. Comissão de Educação Permanente – Tema: Apresentação do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro – 30 minutos. 4. Informes das Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Saúde/RJ – 10 minutos. 5. Informes dos Conselhos Distritais de Saúde – 10 minutos. 6. Informes da Presidente do Colegiado – 5 minutos. 7. Informes da Secretaria Executiva – 5 minutos. 08. Informes da Gestão da SMS – 5 minutos. 09. Informes do Colegiado – 5 minutos por conselheiro. A reunião foi iniciada às 14 horas e 34 minutos com quórum previsto no Regimento Interno do CMS/RJ. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** fez a leitura da pauta que ao ser colocada em votação foi aprovada por maioria simples. Ponto um: Ata de 14/02/2023 ao ser colocada em votação foi aprovada por maioria simples. Ponto dois: Nesse momento as servidoras do Gabinete da SMS **Carmem, Fabiana e Juliana** iniciaram a apresentação e a Deliberação do Relatório Anual de Gestão de 2022 (RAG), utilizando-se de recursos audiovisuais, comentando-os e explicando-os. Em seguida, com a participação do Superintendente de Atenção Primária à Saúde (APS), **Dr. Renato Cony** foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** informou que a SUBPAV é a responsável pela dispensação de cadeira de rodas e *que no Setor de Órteses e Próteses são cento e vinte e nove dispensações no valor de três mil reais, mas tem recebido reclamações de usuários pela falta de cadeiras de rodas da dispensação. Então perguntou se iniciaram um planejamento para aquisição de Órteses e Próteses? Como está esse processo e se estava coerente à quantidade de equipamentos distribuídos? Disse que tem uma usuária que mora sozinha e que recebeu uma cadeira motorizada da Prefeitura, porém de bloco único que não deixam os pedais se deslocar. Ela necessita de uma cadeira que desloque os pedais porque a cozinha é estreita e precisa tirar os pedais para fazer as suas atividades diárias. A cadeira está encostada por não atender as necessidades dela. Contudo, embora ficassem caladas existe um processo na justiça para a troca desse equipamento inadequado, que trouxe complicações de saúde para a usuária. Perguntou como é feita essa licitação, pois entende que no mercado se você comprar em bloco paga mais barato, mas como fica a questão da necessidade individual de cada pessoa, porque as pessoas não são iguais? Observou que a dispensação tem que constar em processo de aquisição. Por isso, como será essa dispensação? Vai continuar em bloco, pois as adequações que são feitas nessa cadeira em que estou foi dispensada pelo SUS há três anos. Então tem que fazer algumas adequações, mas a questão do pedal não tem como fazer nesse tipo*

de cadeira. O **Dr. Renato Cony** esclareu que existe um programa de trabalho específico para a compra de materiais para as tecnologias assistidas e que fica a cargo da Coordenação de Reabilitação. A cadeira de rodas sempre foi feita de forma conveniada com a ABBR e que a compra é feita por licitação sendo do mesmo modelo. Nesses dois últimos anos as cadeiras de rodas motorizadas foram compradas via decisão judicial, que vem como uma descrição de como deve ser a compra. Eventualmente a Coordenação de Reabilitação faz uma contra argumentação técnica sobre a necessidade ou não de dispensar aquele material ou se tem outro similar, mas tem que ser seguida a decisão do Magistrado. Se houve uma compra equivocada no caso dela tem que voltar no processo e entender se o que foi comprado é o que foi demandado, mas agora a necessidade é outra, pois vamos ter que readaptar, ou se houve um erro na compra. Portanto, precisamos saber quem é essa usuária e olhar o processo dela retrospectivamente e entender se houve algum tipo de compra equivocada. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** disse que a usuária recebeu junto com ela a cadeira, que tinha para ser dispensada, posteriormente entraram com processo na justiça, e no lado está tudo descrito porque tomamos esse cuidado dela de passar por uma avaliação do terapeuta ocupacional que a conhece bem. Fomos a casa dela, tiramos fotos, colocamos no processo a situação, mas não fomos atendidas e até hoje ela está nessa situação. O **Dr. Renato Cony** disse que é um caso particular e vamos entender como um caso particular também, pois pode ter base. A **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** pediu que tivesse essa participação, pois existe o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência onde tem pessoas gabaritadas, inclusive Terapeutas Ocupacionais que podem dar esse subsídio. Então que esse intercâmbio entre as Secretarias aconteça para que eu e os futuros não repetirmos. A **conselheira Maria Angélica de Souza** observou que o RAG de 2022 com foco na saúde do trabalhador. Disse que no ponto 453 foi apresentada a realização de três Cerests, mas apenas dois são eficientes. Então não existe recurso para esse terceiro Cerest, que por não está oficializado não pode receber recurso do Ministério da Saúde. Por isso, deseja entender os recursos que chegaram em 2022, pois não foi licitada nenhuma ação para a Saúde do Trabalhador e não se viu alguma estatística de acidente de trabalho. Então, o que foi feito no ano 2022? Os acidentes, as doenças do trabalho; gostaria que isso seja revisto porque não foi utilizado, pois no Controle Social da CIST o papel é esse. Então temos que trazer a Coordenação de Saúde do Trabalhador para junto do Controle Social para fazer uma parceria, pois temos propostas de ações. O que aconteceu com essa verba que era para ação do trabalhador e da trabalhadora. Disse que a fonte de Saúde do Trabalhador tem que ser utilizada para essas metas senão volta, mas não é por falta de recursos e sim por falta de ação. Estamos deixando o Controle Social à disposição porque o nosso objetivo é melhorar a qualidade de saúde do trabalhador e da trabalhadora. Espera que o próximo Relatório tenha pelo menos uma resposta do que foi executado. Pediu para que na próxima reunião ordinária a CIST venha como ponto de pauta. O **Dr. Renato Cony** informou que a verba repassada pelo Governo Federal é

*insuficiente para a manutenção dos Cerests e o restante vem do Município. Que não conseguiram sequer uma homologação do Ministério da Saúde nos últimos dois anos. As Equipes de Saúde da Família, de Saúde Bucal e de ACS, ficaram nas gavetas do Ministério da Saúde, mas com a nova Gestão do Ministério da Saúde estão fazendo portarias, inclusive às portarias da Prefeitura vão receber quase todos os ACS que temos. Pediram para que os Cerest III Bangu seja remunerado pelo Ministério da Saúde. Lembrando que o Cyro foi o que mais veio ao CMS/RJ ao longo de 2022. Sempre que foi chamado junto com a Coordenação de Saúde do Trabalhador, ele esteve aqui para ouvi-lo e compartilhar com vocês os próximos passos. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** informou que tem quatro categorias de recursos humanos de contratação. 1. Os efetivos. 2. Os terceirizados da OS. 3. Os Empregados Públicos da RIOSAÚDE. 4. Aqueles que trabalham por tempo determinado na RIOSAÚDE. Portanto, por que o Relatório não pode ser apresentado com essa diferenciação. A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** esclareceu que esses dados não foram disponibilizados pela SMS e que é um dado presente no DigiSUS. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que ela colocou que isso veio do Ministério da Saúde (MS). Mas a princípio isso pode ser demandado. O que ela comentou é que esses dados foram retirados pelo MS. O **Dr. Renato Cony** disse que o *conselheiro quer a separação do Estatutário com o Empregado Público*. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que tem o Estatutário, o Empregado Público que é terceirizado pelas OS e aqueles que são por tempo determinado porque aí se tem um quadro exato do que sejam recursos humanos na saúde do município do Rio de Janeiro porque do jeito que está colocado, como ficará? A **conselheira Clara Câmara Soveral Carneiro** disse que podem solicitar para que tragam o esclarecimento para o Senhor dessa forma na próxima reunião. O que trouxemos está incluído no slide, mas não dessa formação. Informou que a Cristina Terra é responsável pelo RH e vai trazer essa demanda para que a gente traga a resposta para vocês dessa forma, mas tem que consultar o RH. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que fica parecendo que o município do Rio de Janeiro defende o SUS cem por cento público, mas não defende e defende sim os terceirizados. A Presidente do CDS da AP 5.2, **Senhora Cândida Serrão** informou que tem duas leituras do RAG. Pediu que ficasse registrada a essência do que vai falar. Disse que muitos foram cobrados para prestar solidariedade ao Prefeito Eduardo Paes, além de fazerem políticas públicas junto com as políticas partidárias. Isso é importante. Sabe que tem autoridades e a lei, pois esse material tem que ser lido com muita atenção, mas não se faz assim, porque a estatística é algo complexo. Fomos cobrados como cidadãos para ter uma política diferente de Território, uma política de retorno do prefeito Eduardo Paes. Que na AP 5.2, elegemos pessoas que conhecem a necessidade financeira. O CMS/RJ se faz presente nas dez plenárias distritais ajudando e cobrando, assim com os conselheiros e afins do CDS da AP 5.2 que estavam presentes nessas dez plenárias também, pois a carência é grande. O CMS/RJ ainda não deu a resposta que esperamos, pois estamos passando momentos difíceis. Pediu ao *Dr. Renato Cony, representante da Gestão que**

leve o esclarecimento porque perdemos muito. Então precisamos desse cuidado em todos os detalhes por cada uma das dez AP's. Vamos cobrar do prefeito o dinheiro. A **conselheira Cleide Fernandes da Silva** deseja entender como se coloca os indicadores, pois não entende muitas coisas que estão no Relatório e que tenta pegar algumas partes onde possa contribuir porque no decorrer da apresentação viu diferenças entre metas e resultados e pensou que às vezes as metas eram um evento. Portanto, quais são os pontos confusos ou não diante desses números porque parece às vezes positivo e às vezes negativo? E, como se baliza isso com o financiamento? Como calculo a meta creditada em financiamento? Gostaria de entender porque os resultados de metas e resultados não são exatos entre si. O que aconteceu que esse valor não foi atingido. Então, sugeriu que os conselheiros analisem esse Relatório no ano que vem, pois em cada ano vão se deparar com o RAG e os conselheiros têm que ver com mais detalhe algumas coisas, talvez a Saúde do Trabalhador possa ver esses pontos a mais e outra comissão ver outros pontos, pois são muitas informações e ela não dá conta da maioria delas, mas acha que os conselheiros(as) têm potencial para fazer muito mais. O **Dr. Renato Cony** informou que o melhor material que leu sobre o ciclo de planejamento foi no PPA. Esse material foi feito para conselheiros estaduais onde explica as minúcias do PPA de um planejamento anual e como o orçamento é montado. Disse que salvou esse material em seu computador e que enviará para a conselheira Liliane para que seja repassado a Presidente Fátima Lopes, que por sua vez enviará aos conselheiros(as). Esse material vem ao encontro do que você (Cleide) procura, pois acha que vale a leitura por todos os conselheiros(as). Sobre a fonte desse indicador, respondeu que cada indicador que colocam existe uma memória de cálculo descrita, sejam os indicadores do PPA que se desdobram no próprio PPA e que se desdobram anualmente na Programação Anual da Saúde. Esses indicadores foram estabelecidos em 2021 para vigorar de 2022 até 2025 e para cada um deles há uma memória de cálculo, ou seja, eu digo qual é a fonte desse indicador, onde vou procurar essa informação e como ela é medida. Isto é, o que está no numerador, o que está no denominador. A meta ou a linha de base é traçada com aquilo que já aconteceu. Você consegue ver como o indicador no PPA é medido. Agora, respondendo sobre metas e financiamento, esclareceu que a partir do PPA anualmente vão montar o orçamento no final do ano para o ano seguinte. Existe uma previsão do dinheiro da saúde, olhar para o PPA e ver quais as metas que queremos atingir e que foi pactuado em 2022 e que calcula. Uma coisa é o orçamento, como vou executar o dinheiro que foi destinado da SMS e outras coisas são as fontes de financiamento. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que vem lutando junto com os companheiros sobre a questão da Saúde Mental e também da Saúde do Trabalhador. Pediu para confiarem nele porque na próxima reunião de 09 de maio do CMS/RJ estará na pauta a questão da Saúde do Trabalhador e a Criação da CIST, pois os conselheiros tem que discutir a Saúde do Trabalhador. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** confirmou que enviou por e-mail essa pauta e que está garantida para o mês de maio. O conselheiro Ludugério Antônio da Silva

trouxe os expedientes protocolados que são os ofícios 50, 51 e 52 para que o Dr. Rodrigo Prado, o Dr. Renato Cony e para a Dra. Flávia Andrade que é a Coordenadora de Saúde do Trabalhador. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** informou que o assunto passará pela Comissão Executiva do CMS/RJ, mas que já está garantido para o dia 09 de maio de 2023. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** informou que os ofícios supracitados foram encaminhados e só espera receber as respostas dos mesmos. A Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes informou ao conselheiro que precisa encaminhar ao CMS/RJ com destino à Comissão Executiva. O conselheiro Geraldo Batista de Oliveira informou que faz parte da Comissão de Orçamento e Finanças e que recebeu o Relatório. Contudo, o que mais lhe preocupa hoje é o investimento porque doze anos antes a AP 5.3 teve um investimento em saúde. Veio então a gestão anterior e diminuiu o investimento da cobertura de cem por cento para quarenta e cinco por cento. Hoje, a AP 5.3 tem o menor investimento. Na época, as unidades eram certificadas em vários serviços, mas foram acabando e não colocaram. Também a transformação dos serviços como o do CAPS II Simão Bacamarte, que não tem condições para ser reformado porque não fizeram investimento, aumentaram o serviço, não qualificaram os funcionários e não aumentaram a mão de obra. A realidade é que perdermos o PADI – Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso, mas como usuário não vê esse serviço na ponta. Perguntou onde está a verba que não pode ser devolvida e nem deslocada para outro lugar porque esse serviço não está sendo executado na ponta? Indagou ainda: 1) por que o PADI que atendia o idoso e que era um serviço tão relevante, foi transformado e faz tantas coisas, mas para tratamento não atende mais nada, inclusive esse serviço era do Hospital Municipal Pedro II, mas foi retirado de lá para ser destinado a outra região; 2) sobre a questão das diretrizes, disse que na gestão anterior houve uma diminuição de muitas equipes e perderam muitos funcionários que foram demitidos e dispensados. Devido a falta de profissionais médicos ficou um médico atendendo cinco equipes por dois anos; 3) disse que tem um problema na Saúde do Trabalhador, ou seja, o Cerest não chegou a ser implantado na AP.5.3 apesar de ter sido escolhido e aprovado, foi implantado na AP 5.1. O Dr. **Renato Cony** informou que hoje tem cento e dez equipes e mais uma Equipe de Consultório na Rua. Essa é a meta de PPA para expansão das Equipes. A previsão no contrato de gestão é de cento e onze e existe hoje, cento e onze funcionando. Então cumpriram cem por cento da meta estabelecida, inclusive uma redução importante na vacância da AP 5.3, pois quando chegaram o Leandro Abal e o Leandro Guedes que é RT médico, fizeram um trabalho potente de contratação de médicos, mas hoje está uma vacância pequena em comparação com que já esteve no estoque. Hoje, temos sessenta e três Equipes incompletas há mais de sessenta dias no Rio de Janeiro, o que nunca aconteceu antes. Provavelmente, com a retomada do Programa Mais Médico que o Governo Federal anunciou vamos conseguir zerar a vacância no Rio de Janeiro, pois esse programa tem uma continuidade um pouco maior. Com relação às práticas Integrativas, temos hoje os dois maiores Programas de Residência Médica do País que são “Os médicos em Medicina

de Famílias e Comunidades e o de Enfermagem de Famílias e Comunidades”, que recebem por ano cento e cinquenta médicos e cem enfermeiros. Esses dois programas treinam práticas integrativas. No município do Rio de Janeiro não conseguem fazer uma ação para as trinta e sete práticas integrativas que são previstas, mas é importante que tenha efetividade clínica comprovada. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que estão pedindo para aprovarmos algumas quantias que deixaram. Aqui (slide) tem meio milhão; aqui (slide) tem uma diferença de cinco milhões e aqui (slide) tem cerca de vinte e um milhões, quantias que não foram usadas. Disse que estão no CMS/RJ acompanhando o nosso território na questão da Atenção Primária à Saúde, onde tem uma diferença de cinco milhões e que deixaram de ser usados. Isto porque vivenciaram em 2022, algumas clínicas das famílias sem médico e farmácias sem diversos medicamentos na hora em que a receita seria aviada. Então a reivindicação para o ano que vem, por exemplo, quando pede um valor de um bilhão tem um modo de clicar para abrir e ver um pouco aleatoriamente. Por isso, pergunta o que significa os nossos votos, significa que estamos assinando tudo o que está debaixo dessa tabela grande? Então a nossa responsabilidade como conselheiros quando dizemos que aprovamos isso aqui estamos assinando junto com o Senhor (Dr. Renato Cony), que acompanhou a execução de tudo isso, dando que está tudo certo? Somos conselheiros e fazemos o papel de fiscalizar e de questionar. Então para esse tipo de Relatório de análise de Gestão, o Relatório deveria ser aprovado trimestralmente o que seria muito paralelo com a nossa realidade fática (entre interlocutores) do dia-a-dia. Portanto, deseja que apontem as falhas, pois aqui está tudo o que foi bem-sucedido. Mas para aperfeiçoarmos têm que olhar as falhas. Se olharmos só o que deu certo, a gente não conseguirá corrigir as falhas. A minha fala é nesse sentido, estamos colocando nossos CPF's junto com o CPF do Secretário e de todos os contadores e auditores. Indagou a Secretária Executiva: “temos a comissão de conselheiros que previamente examina isso”. Sendo assim, qual foi o Parecer do Conselho Fiscal que olhou a pasta e o Ministério da Saúde deve ter feito essa auditoria. E, ninguém fez recomendação das auditorias que passaram e que estão sendo mostradas aqui? Nenhuma AP fez recomendação? Em uma apresentação de uma hora vamos concordar com tudo, sendo que no território da AP 2.1, viu que o Vidigal ficou com a maior parte de 2022 sem médicos. Várias unidades ficaram sem funcionar, ficaram sem dentistas e com falta de medicamentos na farmácia. Por isso, Senhora Secretária Executiva, a gente tem que aprovar até para garantir os fluídos dos recursos que vem do Governo Federal, mas querem que o CMS/RJ participe de fato nessa aprovação? Que não seja uma situação homologatória para que a gente veja e diga amém o que estamos reivindicando. A **conselheira suplente Maria Edileusa Braga Freires** reivindicou melhorias no CDS da AP 2.1. Por ser representante do povo, o povo cobra e tem que dar retorno. Foi assim, saímos de um lugar para ir a outro lugar por terem sido chamados. Chegando lá viram às precárias Clínicas de Família da Mangueira, do Vidigal e da Vila Canoas. O Conselho Distrital está precário, não tem internet e nem computador e sem o

administrativo. Estamos recebendo uma gestão renovada que tem a responsabilidade de pelo menos, ter o carinho conosco que trabalha lá na frente. É triste saber quanto tem de dinheiro aqui que voltou por não ter sido aplicado. Relatou que esteve em uma unidade de saúde, onde viu uma doutora atender com maior carinho e com amor as pessoas. Eram trinta pessoas (pacientes) para fazer uma demanda imensa, mas a clínica é pequena. Em Vila Canoas é a mesma coisa, pois está sempre lá e reclamando e que é outro território muito pequeno. Sentiu uma tristeza quando viu essa unidade e que precisa capacitar às pessoas para formarem equipes. Nos territórios faltam médicos e enfermeiros, os doentes estão acamados e sem visitas. Só está melhorando porque tem uma comunidade da Rocinha que está visitando e atendendo. Informou que no sábado precisou chamar a polícia para o paciente ser atendido, mas não deu tempo, pois os médicos disseram que sim e a enfermeira também. Não disseram que tudo isso seria privatizado para melhorar, como assim? Então é muito difícil trabalhar em comunidade e ver o povo sofrendo. Cheguei ao Vidigal e perguntei a uma paciente do que estava reclamando. A paciente disse que não tem médico e nem farmácia. Outra senhora reclamou que está com dezoito de pressão, mas não tem aparelho para aferir. Pediu desculpas pelo seu desabafo mas não adianta falar ou ir ao CMS/RJ, pois ninguém resolve. E que vai falar nas bases para puxar as orelhas para atender a gente. Porque não dá, me desculpem em desabafar com os conselheiros porque o conselheiro Geraldo Batista só quer a solução dele. O conselheiro Distrital da AP 5.2, **Mauro Pereira** disse ao Subsecretário que vai retornar a pergunta que a conselheira Cleide fez por ser importante. Disse que a servidora Carmem falou que os indicadores foram pactuados ou selecionados em 2021 para vigorar em 2022 até 2025. É importante que o pessoal do CMS/RJ saiba que a Cidade do Rio de Janeiro se alinhou a um Plano, isto é, alinhada com as ABS (Atenção Básica de Saúde). O Prefeito comprometeu a cidade a pactuação das metas. Disse que ajudou e que está trabalhando com isso e também no Conselho das Cidades. Estamos trabalhando também no Plano Estratégico dessa Cidade. Então não viu o alinhamento. Sentiu falta porque essa é uma cidade, nós construímos o Plano do Desenvolvimento Sustentável com todas as Secretarias e que gostou da frase que fala sobre o “incremento temporário ao custeio de serviços da Atenção Primária em Saúde para os cumprimentos das metas nacionais”. Estamos trabalhando nesse exato momento com a Ministra do Ministério da Saúde Nísia Trindade e que está intrinsecamente interligando o Ministério da Saúde as políticas de Saúde do SUS com a Agenda RD. A **Servidora Carmem**, disse que sentiu falta e que ficou observando como é que a gente terá a pactuação e o alinhamento. Como isso se analisa no PPA da Cidade, no Plano Estratégico e como é que acompanha com o TCM porque o TCU está atento. A gente vem atuando com o Tribunal de Contas da União e qualquer recurso Federal a ser repassado pelos Entes Federativos e que estejam intrinsecamente alinhados com a Agenda 2030. Caso contrário a ordem é não repassar. Disse que votou no Eduardo Paes, que é um prefeito futurista e que ele alinhou a cidade em 2021. A Cidade do Rio de Janeiro é a primeira a ter o seu Plano Municipal de



Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática, que abrange saúde, meio ambiente, habitação, direitos humanos mas não viu o alinhamento. O alinhamento é a internacionalização das metas e dos planos de saúde da Cidade. E vão dar essa resposta para o Ministério com os dados do IPEIA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do IBGE, pois a cidade está trabalhando, se alinhando e divulgando porque o prefeito vai aos Fóruns Internacionais apresentando uma cidade, mas precisa apresentar de fato o que está fazendo. O **Dr. Renato Cony** informou que a Cidade do Rio de Janeiro tem o seu Plano Diretor alinhado com a Agenda 2030 da ONU. Como signatário propôs fazer toda a transformação da cidade e que garanta ao final dessa década que a cidade atinja os objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para além disso, a gente tenha outras iniciativas com a ONU. Então esta cidade é progressista e está alinhada com as grandes Organizações Internacionais que dão esse impulsionamento para que a gente chegue a um lugar diferente ao final desse processo. Para isso, temos que ter um pouco de generosidade, pois não dá para abarcamos tudo numa única apresentação porque isso é um instrumento formal de apresentação daquilo que produziram no último ano e nem sempre conseguiremos apesar de várias tentativas mostrar para vocês tudo o que foi feito. Pediu para lerem outros documentos como o Plano Municipal de Saúde e o Planejamento Estratégico, que você (Mauro) está bem ciente porque faz parte do Conselho das Cidades. Portanto, verá que existe uma grande orquestração da Prefeitura do Rio de Janeiro dentro de cada uma das suas secretarias para que a gente consiga caminhar dentro dessa lógica dos ABS na Agenda 2030. Então está contido, mas realmente às vezes fica muito difícil conseguirem explicitar isso dentro de um instrumento mais difícil de gestão como é o Relatório Anual de Gestão. O conselheiro Distrital da AP. 5.2, **Mauro Pereira** pediu um adendo. Disse ao Subsecretário que o Relatório está perfeito e bem elaborado, mas falta o alinhamento. Na apresentação foi mostrado que a cidade está pactuada com as metas 3.1 e 3.2. A Cidade do Rio de Janeiro está atuante e é referência internacional e que é o ponto focal da Agenda, pois quem construiu essa Agenda tem que trabalhar para os Governos Nacionais e Internacionais. É o alinhamento. Respondendo ao conselheiro Abílio, o Dr. *Renato Cony* ressaltou que as práticas de transparências felizmente avançaram muito nos últimos anos e que a Prefeitura do Rio de Janeiro trabalha com bastante transparência nos dados e que essa é uma das apresentações que foi feita da Execução Orçamentária. Que vários dos conselheiros que aqui estão participam, por exemplo, das prestações de contas da SMS quadrimestrais e que são feitas na Câmara dos Vereadores, pois além de emitirmos o Relatório discutirmos com a Comissão de Finanças e com a Comissão de Saúde o que está sendo executado. Ainda que tenham que conversar e colocar o número consolidado, temos esses números abertos que estão sendo publicizados. Além disso, essas contas serão depois avaliadas por um conselheiro do TCM (Tribunal de Contas do Município). Que existem vários Organismos controlando as contas da Prefeitura do Rio de Janeiro. O TCM é um deles e que é muito importante porque representa em última análise, a população usuária do SUS. Respondendo a conselheira

Edileusa, disse que as questões que foram trazidas do CDS da AP 2.1, que a gente não consegue aqui aprofundar as questões das áreas. Mas foi importante o que disse no final o que a conselheira trouxe para uma discussão para a SMS os problemas que não são resolvidos na AP 2.1. É aí, obviamente, mexe diretamente comigo como SUBPAV porque vai se sentar com a Coordenação do CDS AP 2.1 e eventualmente participar de uma reunião para ajudar vocês a melhorar essa comunicação, que pelo que estou entendendo não é má vontade de nenhuma das partes e sim falta de comunicação. Isso tem sido muito difícil da gente construir, mas a gente vai tentar melhorar. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que o conselheiro Distrital da AP 5.2, Mauro Pereira fez uma proposta que lhe causou indignação. Esclareceu que o CMS/RJ participa da Agenda das Cidades, mas não participou da criação do plano piloto e nem do Conselho das Cidades e que os conselheiros do CMS/RJ não estão inseridos dentro do Conselho das Cidades. Nesse momento surgiu um burburinho no auditório. O conselheiro Distrital da AP. 5.2, Mauro Pereira disse que nesse conselho participam convidados e que ela tem que cobrar o prefeito. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse ao conselheiro para que peça essa cobrança aos conselheiros. O conselheiro Distrital da AP. 5.2, **Mauro Pereira** disse que a Agenda é das Cidades e que é um plano público bastando o CMS/RJ se interessar. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse para conversar com o prefeito para inserir os conselheiros para estarem nesses planos. Que aqui tem a Comissão de Orçamento e Finanças e a conselheira Liliane e a outra conselheira vão trazer para passar para o conselheiro Geraldo não só os que estão nessa comissão. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** disse que no Conselho das Cidades estamos representando como Instituição, como outra parte do Controle Social e que já estive na Conferência das Cidades, pois dependendo da Instituição não precisa entrar como conselheiro. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que também esteve. O conselheiro Distrital da AP. 5.2, Mauro Pereira pediu réplica por causa da confusão. Disse que o Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática é dos habitantes da Cidade do Rio de Janeiro. Por isso, propôs-se a vir aqui para apresentar a Agenda, que pertence a todos e que no site da Prefeitura o baixem. Disse que fez parte como convidado porque o prefeito o convidou, mas o Conselho das Cidades, como o conselheiro Geraldo falou é outra esfera de conselho. O CMS/RJ está ligado a SMS e está incluso aqui, tanto que questionou o Subsecretário. Os conselheiros têm que fazer valer isso aqui, virar uma política pública no território. Algum tempo depois tudo foi esclarecido pelos conselheiros e pela gestão da SMS, como dúvidas de um e de outro. A **servidora Carmem**, que fez a apresentação do RAG e o conselheiro Distrital da AP 5.2, Mauro Pereira, disseram que faltou colocar abaixo que “a Cidade do Rio de Janeiro está cumprindo com a meta ‘tal’ do PPA, do Plano de Saúde, da Programação Anual de Saúde e do Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática”. A servidora Carmem disse que tem que colocar isso nas considerações porque existe um lugar além porque a gente faz mais considerações. O **conselheiro Ludugério Antônio**

**da Silva** informou que no dia dezessete de janeiro teve uma reunião nesse mesmo lugar onde fez um apelo a todas as AP's. O motivo foi a prestação de contas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ou seja, fala um vereador e depois vem outro etc. Mas quando chegou a vez do Controle Social falar não tinha agenda. Disse que precisa dessa ajuda de todos. Em seguida a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou ao Plenário que colocará o RAG 2022 em votação. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** pediu para aprovar com uma ressalva. Após os esclarecimentos da Mesa, o conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes desistiu da ressalva. Retomando, a **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em processo de votação a aprovação do RAG 2022. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** indagou ao conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes se vai aprovar? O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** respondeu que vai aprovar. Prosseguindo com o processo de votação o RAG 2022 foi aprovado por maioria simples. O **Dr. Renato Cony** disse que deseja fazer um aparte. Que não tem nada diretamente a ver com o que foi discutido aqui hoje, mas que tem visto reiteradamente seja nas reuniões do CMS/RJ, seja nas conferências e hoje, a forma de comunicação entre nós que participamos desse Colegiado, um tanto quanto descortês entre os membros. Que já presenciou casos de racismo e também casos de racismo dentro da Conferência Municipal de Saúde, o que é um absurdo dentro de um espaço democrático onde estamos discutindo a saúde, pois sabemos que a saúde é um dos grandes elementos sociais que adocece a população. Atos praticados muitas vezes onde ele e os conselheiros que representam a população. Por isso, pede aqui um pouco de reflexão sobre a forma com que temos nos comunicados, pois pode acontecer uma escalada de comunicação violenta e que torne insustentável a manutenção de um Colegiado. Nós já vimos isso em diversas etapas da vida em sociedade. Então, os senhores(as) sabem muito bem do que estou falando. Que estava na Conferência e os senhores(as) viram as intervenções que precisavam ser feitas. Fora a violência contra a mulher, fora a violência com os negros, fora a violência só pela outra pessoa existir. Então peço aos senhores(as), a nós que a gente reflita um pouco sobre a forma com que estamos conduzidos as discussões. Por mais que você tenha se colocado com grande ponderação, a gente acabou se estressando aqui sem necessidade. Se a gente diminuir a energia, pensar um pouco se o que está falando vai ofender o outro que está aqui, a gente conduzirá as nossas conversas de uma forma mais harmônica, mais propositiva e assim, vamos chegar a um lugar melhor. Peço desculpas desse aparte, mas que não conseguiria encerrar a sua participação sem fazer isso, mas agradeço a participação de todos pela votação e que permitem que a gente continue seguindo com nossos planejamentos. Por fim, que faz só uma recordação. Ontem, o prefeito apresentou o Acordo de Resultados e a SMS teve 8.6 votos, atingindo uma das maiores notas dessa prefeitura e como grande Secretaria que somos, acredita que tenhamos feito um bom trabalho. Então agradeço a todos que estão representando a SMS e parabenizando pelo excelente resultado que atingimos no Acordo de Resultados, que é uma marca dessa gestão do Prefeito Eduardo Paes. Obrigado pessoal! Ponto três:

Comissão de Educação Permanente – Tema: Apresentação do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. A **Secretária Executiva Lúlia de Mesquita Barreto** agradeceu a presença da Defensora Pública, Dra. Gislaine Kepe e a presença do Estagiário Guilherme Rosetto. Em seguida perguntou a Dra. Gislaine Kepe se fará a Apresentação ou no próximo mês. A **Dra. Gislaine Kepe** respondeu que retornará no próximo mês devido ao adiantamento da hora. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que já está pautado. Ponto quatro: Informes das Comissões Temáticas do Conselho Municipal de Saúde/RJ. 1) Comissão de Educação Permanente. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que está sendo providenciada uma reunião e que estamos solicitando cursos de capacitação para conselheiros e que começará antes do meio do ano já tendo uma pessoa do Ministério da Saúde. 2) Comissão de Saúde Mental. A **conselheira Clema dos Santos** informou que vão remarcar, pois terão uma reunião hoje às 10 horas com o Dr. Hugo. Assim que retomar esse agendamento informará no grupo e aqui. 3) Comissão de Doenças Raras e Negligenciadas. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** informou que está com o relatório de doenças raras e que aconteceu em no dia 28 de fevereiro, o IV Seminário de Doenças Raras na OAB/RJ, com a participação do CMS/RJ, que foi representado pelo mesmo. Ainda no dia 28 de fevereiro teve a entrega de Moção Honrosa à conselheira Maria Clara pela ALERJ pela relevância do trabalho no segmento das Pessoas com Doenças Raras. No dia cinco de março, tivemos uma série de eventos sobre Doenças Raras no Aterro do Flamengo saber: VII Caminhada das Doenças Raras, V Edição da Feira Rara, VI Varal de Camisetas, II Oficina com as crianças e II Ação Social. No dia 23 de março teve a Segunda etapa do IV Seminário de Doenças Raras no Hospital Estadual Pedro Ernesto. Informou também que vai passar esse relatório para a Secretária Executiva Lúlia Barreto para que este relatório conste na pauta. 4) Comissão de IST/AIDS. Não há informe. 5) Comissão de Orçamento e Finanças. Foi apresentado hoje. O **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** informou que está levando um Relatório onde estão os dados da Prefeitura e depois junto com o conselheiro Osvaldo foram apresentar o Relatório com as ações da Prefeitura, as propostas feitas para a aprovação da RAG aos Vereadores da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Então está lá, quem quiser impor, ouvir e retificar alguma coisa ainda está em tempo de ver o que pode melhorar o investimento que nós fizemos. 6) Comissão de Saúde do Trabalhador. O **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** disse que não é um informe, mas que deseja resolver o problema da CIST. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que mais uma vez o Colegiado deseja o plano da CIST para aprovar. 7) Comissão de Fiscalização da Atenção Primária de Saúde – APS. A **conselheira Alzira Prata Faria** informou que essa comissão está se formando com os seguintes conselheiros: Alzira Prata, Osvaldo e Carlos Bessa, mas que está aceitando outros conselheiros que desejarem participar. Começamos um roteiro ou uma forma de fiscalização e que estamos pensando em ouvir para fazer um fluxo e como vão funcionar a partir das distritais, que vai ter um fluxo diferente das Unidades Básicas de Saúde,

as distritais também terá um fluxo mais diferenciado e que a gente tem que se dirigir. Então vão fazer um fluxo e depois apresentar tanto das Unidades Básicas como nas dez distritais. Informou ainda que as reuniões serão nas últimas terças-feiras de cada mês, antes da Comissão Executiva, começando às 10 horas porque as comissões precisam se reunir antes da Executiva, porque vão levar para a Executiva e depois colocar como ponto de pauta na reunião ordinária ou extraordinária. Os outros conselhos, a gente se reúne primeiro nas comissões temáticas, nos outros conselhos a gente participa da Mesa Executiva onde mostra a ata para ir para as assembleias e reuniões ordinárias. 8) Comissão de Ética. Não há informe. 9) Comissão de Saúde e Justiça Reprodutiva. Não há informe. 10) Comissão de Gêneros, Raças e Etnias. A **conselheira Alzira Prata Faria** informou que estão precisando de conselheiros para participarem das comissões, pois nota-se que tem três comissões que não deram informes, assim é difícil fazer um bom trabalho em relação à política pública. Informou que é a coordenadora desta comissão, que reúnem além dela, os seguintes conselheiros: Osvaldo Sérgio Mendes, Sônia Maria do Nascimento e a Daniela Mudesto Rosa São Thiago. Essa comissão vai se reunir sempre na última terça-feira do mês. E além da proposta, vão trazer apresentações referentes a gênero, raça e etnia, convidando pessoas de acordo com a pauta. Deseja também essa discussão e deseja sempre os informes, por exemplo, o que está acontecendo de movimento social ou de curso para a Plenária. Ponto cinco. Informes dos Conselhos Distritais de Saúde. A Presidente do CDS da AP 5.2, **Senhora Cândida Serrão** informou que o pessoal da Conferência Estadual continua dizendo que não vai ter a figura do observador. Sabemos que na Conferência Municipal de Saúde não tiveram a oportunidade de ser Controle Social. Como pode dez AP's e seis falas. Que gostaria de dizer que a Plenária está atuante e que impedir de falar é contra a lei. Ainda com dúvidas indagou se não vai ter a figura do observador? Caso não, tem que ir ao Plantão Judiciário, porque a figura do observador é constitucional. A nova Plenária desta Conferência Estadual é mês vem. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que só chegou a relação dos dezesseis delegados e que estão no Diário Oficial da Prefeitura paritariamente. Que na quinta-feira terá uma reunião na Metropolitana, que engloba doze municípios e que vai cobrar do coordenador. A Presidente do CDS da AP 5.2, **Senhora Cândida Serrão** fez um adendo, que a senhora vá como representante legal e diga a essa Coordenação Estadual que não estamos pedindo favores, pois temos o Plantão do Tribunal. Em último caso, entre com um Mandado de Segurança, porque isso é cercear o nosso direito de cidadania. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** prometeu-lhe que vai levar à Brasília ou em outro lugar. O **conselheiro Abílio Valério Tozini** informou que o CDS da AP 2.1 continua sem o administrativo para os apoiar nas tarefas do dia-a-dia. O computador é ultrapassado e não está ligado na rede de internet. Acha que estão precisando de uma reunião de Presidentes Distritais para conversar sobre os problemas que estão tendo nas áreas distritais. O conselheiro Distrital da AP 5.2, Mauro Pereira desabafando, disse que está muito envergonhado com a fala do Subsecretário, pois em nenhum momento foi

agressivo mas na fala do Subsecretário parece que fui agressivo mas não fui e peço desculpas. Agora quando usou aquela fala talvez tenha sido muito ríspido, mas era para informar e incluir os senhores(as) nessa Agenda que o prefeito pactuou com a cidade. Desde 2021 essa cidade é pactuada com a de 2030. A presidente Fátima Lopes tem razão, os senhores(as) precisam conhecer que tem uma Agenda que está falando sobre as nossas vidas. E, se não trazem para cá, eles deveriam incluir no plano e o que mostra na ONU e no Ministério, mas não estamos incluindo ou envolvendo os senhores(as). Que irá procurá-lo para falar. Deseja lembrar aos senhores(as) que alguns conselheiros falaram que aparece na fala dele que eu fiz uma fala agredindo a Presidente Fátima Lopes, mas que na verdade, quiz apenas trazer informação ao CMS/RJ porque a Agenda está sendo trabalhada no mundo. A **Presidente Maria de Fátima Gustavo Lopes** informou que sabia que não era agressão. Prosseguindo, disse que hoje teve uma audiência na Câmara e que o Presidente da comissão a convidou e que falou de regulação das três esferas. Sómente apareceu a Municipal e a Estadual e que saiu na metade pedindo ao Dr. Paulo Pinheiro uma audiência para falar de regulação. O Estado protege o PCCS e os direitos trabalhistas. Nada contra, pelo amor de “Deus”. O **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** informou que amanhã no auditório Meri Baran acontecerá a reunião do Comitê Municipal de Prevenção e Controle de Mortalidade Materna. Será amanhã às 14 horas nesse auditório. O Colegiado Gestor da Policlínica Rodolpho Rocco vai ser realizado dia 26 de abril de 2023, última quarta-feira do mês às 14 horas. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado foi encerrada a reunião às 17 horas e quarenta e um minutos e eu, Marcelo Dionízio Gomes dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes.

**Marcelo Dionízio Gomes**

**Maria de Fátima Gustavo Lopes**

